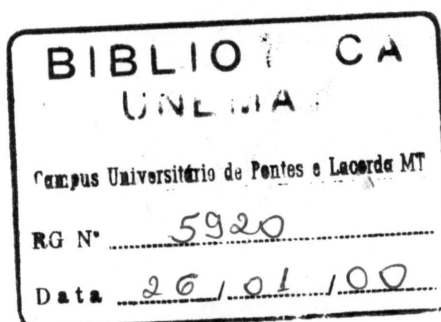


Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Educação
Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Universitário de Pontes e Lacerda
Departamento de Letras

Da Fala e Grafia à Oralidade e Escrita.

Edeina Rodrigues



Pontes e Lacerda - MT, novembro de 1999.

Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Educação
Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Universitário de Pontes e Lacerda
Departamento de Letras

Da Fala e Grafia à Oralidade e Escrita.

Ensaio monográfico proposto na
disciplina de Estágio Supervisio-
nado da Língua Portuguesa e
Literaturas do VIII semestre do
Curso de Licenciatura Plena em
Letras, no Campus Universitário
de Pontes e Lacerda - MT.

Pontes e Lacerda, novembro de 1999.

Agradeço, eternamente à minha querida família. Toda minha vida de lutas e vitórias são para vocês. Sempre.

Aos caríssimos professores e professoras ao longo de minha vida estudantil especialmente as professoras Ediliane e Marlene e professor Lima. Particularmente aos professores Romair e Hêlvio, e professora Madalena Machado pelo estímulo de aperfeiçoamento.

Muito obrigada aqueles e aquelas que se fizeram presentes na minha vida. Aos amigos que se transformaram em família. Fátima, obrigada pela coragem.

“Não te aflijas com a pétala que
voa: também é ser, deixar de ser
assim.

Rosas verás, só de cinza franzida,
mortas intactas pelo teu jardim.

Eu deixo aroma até nos meus
espinhos, ao longe, o vento vai
falando em mim.

E por perder-me é que me vão
lembrando, por desfolhar-me é
que não tenho fim.”

(Cecília Meireles)

Dedico o meu empenho neste
trabalho in memoriam dos meus
irmãos Celso e José meu pai
Rubens e cunhado Deosdete.
Irreparáveis perdas que somente a
saudosa lembrança ajuda a
suportar.

E a vocês, pelo desafio, Ca e
Cí.

Sumário

1- Apresentação.....	6
2- Quadro Teórico.....	8
3- Da Fala a Grafia à Oralidade e Escrita.....	11
4- Considerações Finais.....	29
5- Bibliografia.....	31

Apresentação

Busco neste trabalho observar os processos da oralidade e da escrita dos alunos da 5ª a 8ª série do 1º Grau na aula de Língua Portuguesa. Partindo do princípio de oralidade como fala e escrita como os sinais gráficos representativos dessa fala, realizei pesquisa de campo nas respectivas séries recolhendo “corpus” para minha análise.

Encontrei em um *Discurso da Escrita e Ensino*¹ o apoio teórico que necessitava para desenvolver meu trabalho. O Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª série serviu de base comparativa que utilizei para ponderar as reflexões emitidas, a partir das aulas observadas.

No decorrer do trabalho fui percebendo que a oralidade e a escrita era diferente da minha noção inicial. Ou seja, ambas estão envolvidas pela ideologia que determina diferentemente a validade de cada uma.

A oralidade não é legitimada ou autorizada pela classe dominante como válida. Por isso, é desconsiderada do universo de aprendizagem do aluno. Contrariamente, a escrita representa o universo cultural legitimado, autorizado pela mesma classe. De forma que ela se transforma em regra para todos os usuários da língua. Desmerecendo, portanto a oralidade, embora esta seja a mais praticada por todos.

A escola, no papel de difundir a ideologia dominante, exige dos seus alunos a modalidade escrita da língua. Entretanto não consegue propiciar ao aluno mecanismos

¹ GALLO, Solange Leda, *Discurso da Escrita e Ensino*. 2ª edição. Editora da Unicamp, 1995.

para alcançar esta escrita tão valorizada pela classe dominante. Favorece assim a escalada a valorização da escrita em relação a oralidade, formando cada vez menos pessoas habitadas em seu uso, aumentando conseqüentemente os adeptos da modalidade oral. Com isso seu desmerecimento.

Quadro Teórico

A constituição do homem é possível devido a capacidade biológica e psíquica em memorizar experiências e construir sua própria história, baseada nelas ou aprimorando-as ou recriando-as. Assim, sua experiência torna-se singular, reflexo de sua história pessoal, em conjunto com sua vida social, pois todo ser humano é social, requer vida em sociedade.

Esta sociabilidade permite ao homem travar os significados e sentidos da linguagem no momento de interação social, esses significados precisam estar convencionados por essa sociedade que promoverá a interação. O significado, a significação de cada coisa é determinada pelo contexto social e histórico de cada sociedade. A interação só acontece quando essas capacidades humanas se juntam. Se não for travada em sociedade, não há interação. Por exemplo. É convencional chamar a fruta caju de caju, se cada homem chamá-la por um outro nome, ninguém saberá o nome da fruta, será uma confusão.

Assim é com a palavra, que precisa ter sua significação convencionalizada pelo homem em sua sociedade de acordo com sua história. Na mesma comunidade lingüística, as palavras podem ter vários significados, mas são preestabelecidos, convencionalizados. O homem se transforma em sujeito para abrigar a significação de suas enunciações, no momento da interação. Essa interação pressupõe outro sujeito para acontecer.

Toda essa rede de contatos significantes é possível porque há a linguagem e é através dela que há as enunciações.

“... A interação social é (...) forma específica da sociabilidade e lugar de constituição do sujeito enquanto sujeito significante do ser semiótico do homem” (PINO, 1991). O homem só se constitui sujeito durante as interações, onde são travadas as significações. Sem elas o sujeito perde sua característica principal: memorização e construção. O homem precisa estar em sociedade para entender e fazer-se entendido. Em isolamento a interação não acontece. Essa não é a característica humana.

Ainda sobre sujeito Solange Gallo nos diz que para ser sujeito é preciso usar de determinadas formações discursivas no momento da comunicação. As formações discursivas são as situações que o sujeito se baseia para ter esta ou aquela opinião. Como as situações são diferentes, ocasionam as posições de sujeito. “... forma - sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui)” (GALLO, 1995).

O sujeito ser social portador de uma história que se apresenta através das formações discursivas no momento da enunciação. Por enunciação entende-se um ato da fala ou escrita que não tenha valor discursivo. Pois, discurso

“... se define como prática lingüística de um sujeito em determinadas condições de produção (sociais, políticas, históricas, etc.). Enunciação é a fala do indivíduo. Discurso é a fala do sujeito em determinadas situações. O texto é considerado como produto de um discurso, é material histórico, mas que, no entanto, conserva em si as pistas que remontam a materialidade histórica...” (GALLO, 1995).

Ou seja, o texto é um enunciado. A partir da consideração de seu contexto ele se torna discurso.

Esse processo discursivo pode levar a autoria que se dá "... quando o sujeito se constitui na formação discursiva dominante de um discurso legitimado (hoje institucional)" (GALLO, 1995). Por legitimadora se entende a instituição que determina o que é legítimo dentro duma sociedade.

Alguns sujeitos reconhecem essa legitimação, se representando legitimamente autores, seria o caso do sujeito autor. "... (aquele que se representa como tal)" (GALLO, 1995). Outros não. Ou por não serem legitimados, autorizados por alguém que não detenha poder, ou por não se aceitarem como tal.

Com estas noções a autora faz uma revisão dos processos que envolvem o ensino da *língua* e sua *oralidade*.

Ambos, Pino e Gallo, afirmam a existência do sujeito a partir de sua história individual e coletiva (social). Não tem como o sujeito constituir-se aleatoriamente, e, sem o recurso biológico e social.

Da Fala e Grafia à Oralidade e Escrita.

Tendo assistido quarenta aulas de Língua Portuguesa, da 5ª a 8ª série, pude verificar uma parcela do trabalho de cada professor. Assisti em média de dez aulas por série, sendo quatro turmas de 5ª série com a mesma professora; quatro turmas de 6ª série com duas professoras; duas turmas de 7ª série com a mesma professora e numa 8ª série em dias diferentes, todas em escolas públicas.

Por este motivo não pude acompanhar todo o processo do trabalho delas. Quando assistia o começo de um trabalho, mudava e a outra professora já estava noutro estágio. Mas eu ainda consegui dados para elaborar uma relação entre o procedimento observado na sala e o Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa (P.C.N.) com fundamentação teórica de Solange Leda Gallo na sua obra *“Discurso da Escrita e Ensino”*, no tocante ao uso da oralidade e escrita.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (P.C.N.) foram elaborados a partir de conferências internacionais das quais o Brasil participou. Nelas, exigiu-se a melhoria da educação. Também contribuiu a Lei Federal nº 9394 de 20/12/96 - conhecida como Lei Darcy Ribeiro - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993-2003) elaborado pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Ambas voltadas à melhoria da educação nacional.

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais nascem de uma necessidade de se construir uma referência curricular nacional para o ensino fundamental que possa ser discutida e traduzida em

propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros, em projetos educativos nas escolas e nas salas de aula. E que possam garantir a todo aluno de qualquer lugar do país, (...) o direito de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção da cidadania.

Para tanto, é necessário redefinir claramente o papel da escola na sociedade brasileira e que objetivos devem ser perseguidos nos oito anos de ensino fundamental. Os parâmetros curriculares nacionais têm, desse modo, a intenção de provocar debates a respeito da função da escola e reflexões sobre **o que, quando, como e para que** ensinar e aprender, que envolvam não apenas as escolas, mas também país, governo e sociedade.” (P.C.N. - Introdução - 1998).

O P.C.N. está dividido em quatro ciclos: 1º e 2º ciclos correspondem da 1ª a 4ª séries e 3º e 4º ciclos de 5ª a 8ª séries. É também dividido por áreas, antes denominadas disciplinas, estas, abrigam os temas transversais. Com estes temas pretende-se levar a diversidade e completar os Parâmetros.

Sendo assim, interessa-me no momento o Parâmetro Curricular de Língua Portuguesa do 3º e 4º ciclos, que é único para as duas etapas, no que tange a oralidade e a escrita da língua.

Para o P.C.N. no texto precisa ter unidade e diversidade de gêneros, tanto oral quanto escrito. “Toda educação comprometida com a cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva.” (P.C.N. 1998). Esta

competência entendida aqui como “sistema de contratos semânticos”, ou seja, o aluno dispondo da competência lingüística¹ e estilística² poderá produzir efeitos de sentido usando da interlocução oral ou escrita. Assim, somente o texto consegue abrigar as três competências de uma só vez. Como o texto exige restrições quanto a natureza temática, composicional e estilística, fica caracterizado por gênero cada vez que se discorre sobre um assunto que abarca as três restrições citadas. Os gêneros escolhidos são: literários, de imprensa, publicitários, de divulgação científica, mais comum no universo escolar. Por isso é relevante o ensino dos gêneros nos textos.

Para que na compreensão, produção oral ou escrita o aluno possa identificar os diversos gêneros nos quais os textos podem ser/estar inseridos. Como os gêneros são muitos, propõe-se a escolha de alguns para estudo aprofundado. Especialmente os que caracterizam o uso público da linguagem, ou seja, aqueles que permanecerão com passar do tempo, permitindo ainda, a interação através dele. Por isso é necessário que este mesmo gênero esteja de acordo com as convenções que regulam e definem o seu sentido institucional.

Os textos podem ser orais ou escritos.

Orais: Quando o aluno vai para a escola já usa a competência discursiva e lingüística para se comunicar. Todavia não está habituado a o uso delas. Ao passo que fora da escola, elas serão cobradas. É importante que a Escola retome seu papel e prepare o aluno para estas situações, tornando-o hábil e capacitado para esta prática.

¹ Competência Lingüística: Capacidade de saber que o falante/intérprete possui sobre a língua em uso e que utiliza para se expressar.

² Competência Estilística: Capacidade de escolher, entre os recursos da língua em uso, os mais convenientes as suas necessidades.

Escritos: Tem-se ofertado textos simplificados ou fragmentados aos leitores iniciantes, supondo-se dificuldade para entendimento. Deve-se ofertar os integrais, pois, a escola, para alguns alunos, é o único espaço de encontro com os textos. Por isso, propõe estas duas formas subdivididas assim:

- Prática de escuta de textos orais e leitura de textos escritos.
- Prática de produção de textos orais e escritos subdivididos em: Linguagem oral e Linguagem escrita.

A escuta dos textos orais pretende ensinar o aluno a controlar sua enunciação. Feita a escolha do gênero o aluno deve saber interpretar e compreender o texto. É a tarefa da leitura de textos escritos. O professor deve propiciar a diversidade das práticas de recepção dos textos. Há variadas maneiras de leitura:

Leitura autônoma, colaborativa, em voz alta pelo professor, programada, escolha pessoal. O aluno deve conhecer todas essas variações da leitura.

Quanto a prática de produção de textos orais: por ser oral, cada retomada é percebida pelo interlocutor. Nesse caso, o aluno precisa aprender elaborar esquemas que oriente a sua fala em função da situação de comunicação e gênero.

Quanto a produção de textos escritos: os alunos precisam aprender os diferentes aspectos que o envolvem. Está planejado assim:

Categorias didáticas de práticas de pro- dução de texto	Plano de conteúdo O que dizer	Plano da forma expressão como dizer.
Transcrição	X	X
Reprodução	X	
Decalque		X
Autoria	X	X

Esta é a proposta de trabalho de P.C.N quanto ao uso da oralidade e escrita. A proposta de Solange Leda Gallo no "Discurso da Escrita e Ensino" - faz outra abordagem da oralidade e da escrita. Primeiramente ela que descreve os processos da constituição do sujeito em relação com determinadas formações discursivas. Então, busca compreender a tipologia do discurso e descobre dois discursos: um oral: (menos formal, afastado da língua padrão); outro: escrito (explica melhor a língua devido seu caráter duradouro). Para poder entender retoma a história da língua para ver como se instituiu a oralidade e a escrita.

Descobre dentro da perspectiva lingüística a diferença entre língua e fala. A primeira como código e a segunda como organização do corpo. A língua é uma imagem criada ao ouvir o som, enquanto a escrita é a parte palpável dessa imagem criada, segundo as considerações Saussureanas.

Assim chega a perspectiva discursiva que busca desde a Escritura Sagrada, o valor da escrita. (A única escrita valorizada na época que era considerada somente a bíblia). No decorrer do tempo é que passa a contemplar outro tipo de escrita que não fosse a sagrada. Chega-se aí a Língua Portuguesa dos colonizadores que descobriram o Brasil e trouxeram a sua língua em suas embarcações e passaram a catequizar os índios desconsiderando a língua deles. Começaram a aparecer os escritores 'brasileiros', entre aspas pois eles

divulgavam as formas européias bem como suas formações discursivas. O autor nacional do século XVIII desapareceu com a indústria cultural no século XX, sendo colocada em seu lugar a função autor que abarca as ideologias do discurso. Assim se chega ao princípio da autoria que é agrupamento de discurso, também ligado a instituição que vem legitimar o sentido único e transparente. O que era feito inicialmente pela igreja através da bíblia foi substituído pela escola que mantém o discurso da autoria, mas não para ser atingido pelo aluno. A escola mantém o discurso dominante, independente das construções de cada sujeito.

Dessa forma Solange Gallo descreve o discurso da oralidade como um discurso que não está legitimado a assumir a autoria e outro discurso da escrita, legitimado, ou seja, autorizado pelas instituições sociais a assumir seu discurso. Por isso, a autora propõe que o aluno faça uma passagem do discurso da oralidade para o da escrita. Podendo assim assumir-se autor. Os alunos dela, conseguiram realizar esta passagem. Inclusive, há no livro um exemplo de como foi realizado este processo.

Esta é a linha de pensamento que usarei na análise das aulas. Afim de averiguar se a oralidade e escrita da língua, propostas pelo P.C.N tem tentado conduzir o aluno ao processo de passagem de um discurso ao outro.

Vejamos a noção de discurso de cada um. O P.C.N. coloca o discurso como interlocução, interação dentro de um determinado contexto histórico e circunstâncias, decorrentes das condições de sua realização.

“... quando um sujeito interage verbalmente com outro, o discurso se organiza a partir das finalidades e intenções do locutor, dos conhecimentos que acredita que o interlocutor possua sobre o assunto, do que supõe serem suas opiniões e convicções, simpatias, antipatias, da relação de afinidade e do grau de familiaridade que têm, da posição social e hierárquica que ocupa, ... O discurso, quando produzido, manifesta-se linguisticamente por meio de textos. (...) o texto, uma sequência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência. (...) um texto só é um texto quando pode ser compreendido como unidade significativa global. Caso contrário, não passa de um amontoado aleatório de enunciados.” (P.C.N. 1998).

Solange Leda Gallo coloca sobre discurso:

“Discurso, então se define como prática lingüística de um sujeito em determinadas condições de produção (sociais, políticas, históricas, etc.), o texto é, então, considerado como produto de um discurso, é material ahistórico, mas que, no entanto, conserva em si as pistas que remontam à materialidade histórica que está na origem de sua produção, e que são atualizadas pelo sujeito em um movimento de reprodução e transformação.” (Gallo. 1995).

Por aí se vê as discrepâncias entre as idéias no P.C.N. e Gallo. Isto significa que as opiniões no decorrer da análise ao invés de corroborarem e convergirem numa visão única, provavelmente vão se diferenciar e entrar em conflito.

Em relação à citação do P.C.N. se o texto não tiver significação global será “um amontoado aleatório de enunciados” está em consonância um GALLO, em partes. Ela concorda que o texto tem significado total, o sentido de enunciado também confere, ambos concordam que é o contexto imediato da fala. Porém para GALLO ele não é aleatório. Mas é justamente o contexto histórico que propicia a instância do enunciado. Em cada trecho de um texto pode-se detectar seu processo histórico. Um texto não aparece de mágica. Ele é construído palavra a palavra que vão tomando forma e significação, refletindo nele, está a posição do sujeito ocupada no momento da produção. Conseqüentemente o sujeito registra o seu processo histórico social daquele momento. Por isso não é aleatório. Inclusive, o texto sem significado global, não só é um texto, como reflete discursos, às vezes, não legitimado, mas este fator não o descaracteriza enquanto texto .

Esclarecidas as idéias que endossarão minha análise começo agora a desenvolvê-las.

Dentre todas as aulas, escolhi para “corpus” as aulas que apresentam semelhança de conteúdo e proposta de desenvolvimento, mesmo que não for da mesma professora ou turma. Elas serão agrupadas sob o nome de uma para análise. Distingui três grupos de aula:

A- Aulas em que os alunos receberam modelos para produzirem seus textos;

B- Aulas que os alunos pesquisaram, expuseram e debateram seus temas;

C- Aulas que os alunos produziram sozinhos com tema escolhido ou não.

Começo a análise com a primeira citada. Nesta aula a professora entregou vários textos (fábulas) aos alunos para fazerem leitura. Os alunos reuniram-se em grupo e escolheram um dos textos que haviam recebido para reconstruir a fábula usando nomes como “fazendeiro, presidente, político, igreja, fé, indústria, agricultor, ou outros que acharem necessários.” Para isto os alunos usariam a mesma estrutura do texto original, só mudariam o sentido. Logo os alunos fizeram, leram, corrigiram. Nesta aula observa-se o uso da oralidade e da escrita, nos momentos de leitura e de reconstrução da fábula.

Segundo as noções de leitura relacionadas no P.C.N., o trabalho da professora se enquadra na leitura autônoma (o aluno lê silenciosamente). Não está prevista para o aluno a leitura de próprias produções. Há dentro da prática de produção de texto orais e escritos, a produção de textos orais. Entretanto, não tem o mesmo objetivo que a aula da professora. Quanto ao trabalho de reconstrução, pode ser classificado como decalque. Os alunos usaram a mesma estrutura do texto lido mudando somente personagens ou ação deles, e usando a mesma estrutura do original.

Dessa forma, esta reconstrução não passou de exercício. Se for necessário o aluno construir uma fábula, poucos saberão. Na reconstrução os alunos só preencheram as lacunas, não pensaram, nem refletiram nas idéias apresentadas. Assim, o trabalho de assunção a autoria fica prejudicado. A idéia do aluno não foi para o papel, o cunho moralizante da fábula permaneceu, embora as personagens tivessem trocado de nomes, o espaço, o ambiente, e o tempo alterado. A idéia central manteve-se intacta, bem como a função das personagens.

A imprevisibilidade da leitura do próprio trabalho do aluno também denota a desconsideração do aluno fazer algo que possa ser conhecido pelos colegas. A separação no P.C.N. do trabalho de leitura do ouvinte também não existe na realidade. Pois, no momento, há uma interlocução - locutor e destinatário (leitor e ouvinte) se integram e se completam. Não são atividades isoladas. "... A relação, então, é de interdependência: quem fala, ao produzir, também está atribuindo sentido; quem ouve ao atribuir, também produz sentido." (Orlandi, 1999) e complementa: "Locutor e destinatário representa papéis diferentes e têm, pois, estatutos diferentes na interlocução: o de autor e o de leitor, com suas finalidades específicas." Sendo assim, não há dúvidas de que a leitura não se dá num momento isolado, e a escuta noutro. Cada um exerce papel e produz sentidos, interpreta. O próprio conhecimento empírico comprova o fato.

Quanto à produção (reprodução), nem sempre a leitura leva a produção ou vice-versa. Por isso oportunizar leitura pensando que contribuirá na produção, requer reflexão sobre a disposição dos alunos quanto a tradução de suas idéias em escrita. Elas não se conduzem impreterivelmente uma a outra.

ORLANDI, ainda coloca, que mesmo que amplie a interpretação de um texto, ou a produção de um texto, sempre se está seguindo modelos ou de autores competentes que se estabelecerão modelos de leituras (interpretação), ou leitores competentes que atribuirão conceitos aos modelos de escrita que devem acontecer. Estes modelos passam a ser os privilegiados e seguidos. (ORLANDI, 1999). Sendo assim o aluno não tem nem a oportunidade de escrever conforme suas idéias, nem de ler seguindo suas interpretações e histórias de leitura.

Gallo que verifica a passagem do discurso da oralidade ao discurso da escrita, coloca que

“A Escola constitui, exatamente, o lugar da conservação dos dois discursos (...) Discurso da Oralidade e Discurso da Escrita (...) ela apresentará, aos estudantes, o discurso escrito como modelar, e sua forma como normativa (...). No entanto, a Escola não ensina esse discurso, exatamente porque esse discurso tem um lugar próprio para existir, e um lugar sempre institucional que não é a Escola.” (GALLO, 1995).

Exatamente como aconteceu na aula, os alunos tiveram acesso ao discurso da escrita com a fábula. Todavia, usaram seu discurso, o da oralidade, pois mesmo que produzissem e lessem corretamente, de acordo com a norma culta, a idéia, a interpretação, a escrita não é a sua. Seguiu um modelo. A proposta de Gallo conduziria a aula de maneira de permitir ao aluno usar sua criatividade para construir a fábula a partir de sua visão de mundo, suas interpretações.

A segunda etapa da análise verifica as aulas que os alunos pesquisaram, expuseram e debateram seus temas. Havia sido encomendado aos alunos um trabalho. Cada grupo pôde escolher seu assunto na lista de assuntos: no dia em que eu estava presente, os alunos já haviam feito suas pesquisas e apresentavam-nas à sala. Os assuntos eram variados, tendo repetições de assuntos, pois os temas eram datas comemorativas, Armas e Símbolos Nacionais, Comunicação, Folclore, entre outros. Cada apresentação foi seguida de debate.

Este tipo de trabalho desenvolvido está previsto no P.C.N. dentro da linguagem

oral do gênero imprensa. O aluno planeja sua fala e elabora esquemas escritos para orientação da mesma. Com este trabalho o aluno aprende "... procedimentos que possam ancorar a fala do locutor, orientando-a em função da situação de comunicação e das especificidades do gênero ..." (P.C.N., 1998). Dessa forma o aluno vai preparando-se para enfrentar o mundo fora da escola, onde ele precisará saber assumir posições diversas. Com o debate ele aprende a planejar ao mesmo tempo a produção e enunciação do texto oral, aproveitando o momento da interlocução da fala.

O P.C.N. coloca "Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas (...), também, os gêneros de vida pública no sentido amplo do termo (debate, teatro, palestra, entrevista, etc.)" (P.C.N., 1998). Nesse sentido, a linguagem oral serve tanto para quem está apresentando como para quem está apreciando a apresentação, possibilitando a prática orientada fala e da escuta bem como conhecimentos dos gêneros citados no P.C.N., os atos de fala e escuta são simultâneos.

Novamente, o P.C.N. separa o que é interdependente. Prática de escuta de textos orais e leitura de textos escritos (Escuta de textos orais, Leitura de textos escritos). Na prática, são simultâneos os procedimentos tanto da leitura como da escuta na situação de sala de aula. Se um texto está sendo lido, há uma oralidade, uma verbalização. Se o texto é oral, ora, é a mesma coisa. A previsão de escuta é a mesma. Isto, dentro do sentido da oralidade atribuída pelo P.C.N., que não a diferencia por discurso como faz Solange. Pois concebe a oralidade é fala e escrita os sinais gráficos representantes desta fala.

“A função enunciativa-discursiva, que é a do leitor, constitui um sujeito afetado pela sua inscrição no social”. (Orlandi, 1999). Quer dizer, o efeito-leitor é determinado historicamente pela relação do sujeito com a ordem social.” Sendo assim, o aluno ao mudar sua posição física (ir para a frente dos outros para exposição) não significa alteração na sua posição de aluno. Não houve a interpretação do aluno no trabalho de transcrição e defesa dessa transcrição (cópia de algum material sobre o assunto). A interlocução como coloca o P.C.N. aconteceu sobre as falas transcritas do lugar pesquisado.

Esta pesquisa, exposição e debate teve significado no discurso da oralidade. Considerando a situação estanque dentro da escola, não vai passar para o discurso da escrita. Para isto acontecer o aluno teria que usar do seu processo histórico-social para realizar seus trabalhos. Assumindo suas falas e discursos alcançados com a pesquisa durante a exposição e debate. Ao mesmo tempo, os ouvintes ao participarem do debate também assumiriam seus questionamentos e opiniões.

Não há diferença de leitura em voz alta de um texto escrito e um texto oral, pois eles só se constituirão na fala. A leitura de um texto escrito e um texto oral não apresenta diferença de situação como está no P.C.N.. Se a escola se propor a ensinar modelos de comportamento mediante a situação, onde fica a tarefa de ensinar o conteúdo? Pode acontecer as situações do P.C.N., é até uma dinâmica, de momento lúdico para aluno e professor. Porém, acreditar que situações de palestras, teatros, entrevistas, etc., assegurarão sucesso profissional aos alunos já é muito arriscado. Considerando que aprendizado de se assumir autor diante das situações não aconteceu.

A terceira situação de aula os alunos produziram seus textos sozinhos com o tema

indicado ou não. Primeiro, me proponho a averiguar se há ou não diferenças entre eles.

Numa aula a professora pediu aos alunos para produzirem um texto sobre o tema preferido e que ilustrassem caso quizessem. Noutra aula, a professora ensinava que o texto precisa ter introdução, desenvolvimento e conclusão. Juntos os alunos escolheram o tema para o assunto que aprenderiam a fazer. Elencaram os assuntos a serem desenvolvidos e só então cada aluno elaborou seu texto.

As duas situações estão previstas no P.C.N. como autoria. O aluno escolhe o que dizer e como dizer. Quando a professora ajudou na escolha do tema e explicação do que deveria ser feito, não interferiu na idéia do aluno.

Segundo o conteúdo ensinado, se o aluno aprender o esquema usado ele produzirá qualquer texto. Foi um exemplo de produção de texto. Em contra partida, na outra aula, a professora só descobriu o tema quando leu o texto. Assim sendo, a aula que o tema e o assunto foram delimitados, denominemos de produção exemplar. Nesse caso, não é autoria, por já ter o que dizer. O P.C.N. caracteriza como reprodução. Entretanto não é reprodução, pois o aluno completou as idéias, neste sentido, seria decalque. Porém, voltando a aula, ela foi exemplo, modelo, onde o aluno precisou aprender seu funcionamento para desenvolvê-lo quando precisar. A situação é imprevista no P.C.N.

“A reprodução de modelos é previsível e até desejável em certas situações de linguagem que definem tipos como: cartas, ofícios, discurso jurídico, etc. (...) Não se deve, pois, perder de vista que temos diferentes relações com as diferentes formas de linguagem em termos de modelos. A escola tem igualado tudo.” (ORLANDI, 1999). O modelo serve para verificação de suas leituras, onde os alunos também podem imprimir suas histórias de leituras. O aluno aprendeu a montar o ‘esqueleto’ do texto. Na própria

aula só foi modelo. Após as reflexões, verifico que na verdade este modelo, mesmo que se perca do conteúdo, sobra a forma, estrutura, (esqueleto), isto está caracterizado como decalque. Toda vez que precisar é só 'recheá-lo' e está pronto! Ou trocar o "recheio". Sendo assim, esta aula não foi de produção e pode ser agrupada a primeira análise.

Voltemos a outra aula de autoria. Esta, pode ser assim caracterizada pelo segundo P.C.N. "tarefa do sujeito torna-se mais complexa, porque precisa articular ambos os planos: o do conteúdo - que dizer - e o da expressão - como dizer." (P.C.N. 1998). O aluno executou esta tarefa.

As considerações sobre autoria de Solange Gallo diferem do P.C.N.. O aluno precisa passar pelo processo de assunção para chegar a autoria. Esclarecendo antes a noção de autor.

"O autor não entendido, é claro, como indivíduo falante que produziu ou escreveu um texto (...) o princípio da autoria não vale, entretanto, para tudo, nem de forma constante. Há discursos que circulam sem derivar seu sentido e eficácia de um autor ao qual se pode atribuí-los: conversas, decretos e contratos que necessitam de quem os assine, mas não são autores, receitas técnicas que se transmitem no anonimato, etc." (GALLO, 1995).

Esta fala descaracteriza a noção de autoria do P.C.N. e das produções dos alunos. "A assunção de autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da Função - Autor consiste em última análise, na assunção da "construção" de um "sentido" e de um "fecho" organizadores de todo o texto." (GALLO, 1995). A autoria, aqui, tem sentido literal, de

ser de fato autor da produção. Diferente do P.C.N. que autoria tem sentido conotativo, não é a mesma de um autor de livro, de um artigo de revista, etc. Nesse sentido, o aluno em nenhuma das análises assumiu a autoria de seu texto. O aluno não passou pelo processo de construção de autor. Solange ainda coloca:

“... a assunção a autoria se dá quando o sujeito se constitui na formação discursiva dominante de um discurso legitimado. O aluno precisa aprender a produzir e de acordo com as instituições sociais “... o jornal, o livro, a publicidade, a revista, a TV, o rádio, entre outras.” (GALLO, 1995).

Se o aluno aprender produzir segundo estes conceitos, podemos esperar que o aluno, fora da escola, amplie o processo aprendido na escola e que tenha efeito este aprendizado. Exatamente por ser aprendizado, diferente do P.C.N. onde o aluno aprende modelos e sem eles não sabe nada. O aluno não aprendeu a ser autor. Sendo assim continua inserido no Discurso da oralidade, pois a escola não só mantém este discurso como não ensina a passar de um para o outro. Inserir-se no Discurso da Escrita é o aluno assumir-se autor e produzir algo que possa se inscrever numa das instituições legitimadoras.

Ao encerrar o quadro de análise, percebo que as aulas e P.C.N. se aproximam bastante e diferem-se da situação indicada por Solange Gallo.

As aulas estavam sempre distantes da autoria prevista por GALLO em sua obra *Discurso da Escrita e Ensino*. Por sua vez, longe ou difícil de ser alcançada pelos alunos neste momento.

Para ser autor, segundo Gallo, é preciso assumir o discurso da escrita, e os alunos ainda não aprenderam a fazê-lo. Percebo que a oralidade e a escrita neste sentido é muito

mais do que o aluno aprender assumir o discurso da escrita, tem muito a ver com a posição/função social ocupada pelo sujeito no momento de seu discurso. Há maior facilidade de assunção à autoria, quando se dispõem de mecanismos e situação propícia para tal.

Interessante observar aqui, que os alunos apesar de não ter assumido a autoria em seus textos, já estão produzindo, direcionados, mas estão. Em todas as aulas que presenciei, os alunos que quiseram fazer acréscimos em seus trabalhos não foram podados pela professora. Diferente, da minha época de 1º e 2º graus que desconhecíamos estas oportunidades. Quero ressaltar o fato de eu ter estudado nesta cidade e agora concluo a Universidade. Noto que muito já expandiu e muito melhorou no âmbito do conhecimento, não só dos professores como dos alunos que agora possuem variadas fontes de conhecimento e construção.

É necessário para dominar o discurso da escrita (escrita ou fala) que no caso, o aluno, confie em si e em seu meio para assumir outro discurso diferente do seu. Por mais que seja interessante assumir um discurso dominante, ou posição dominante é preciso sentir-se bem nela. Assumir-se autor conforme Gallo não é só na escrita ou fala da língua, é diante da vida, em relação ao seu grupo social pertencente e talvez até ajustar-se a um determinado grupo. Essa mudança se for brusca, não é processo, é imposição e aí perde-se a teoria.

Sendo assim por mais que o discurso da oralidade não seja o mais interessante ele é garantido para aqueles que dele participam. Caso contrário, só haverá um deslocamento.

Assim, realmente se faz necessário o processo, embora demore para apresentar

resultados. É interessante que o professor adote uma teoria que ele conheça bem para desenvolvê-la amplamente. Estabelecer objetivos para seu trabalho e realizar estes objetivos com reflexão. Permitindo, assim, que o aluno perceba que o conhecimento é uma construção e não algo pronto e acabado.

Considerações finais

Quero ressaltar aqui que a teoria escolhida e o livro-base usado não foram os únicos lidos. Li outras obras que, inclusive, podem ser usadas como mecanismo ou meio para facilitar a passagem do aluno pelo processo.

Saliento uma outra proposta de ensino de língua portuguesa. *Gramática e Interação*. Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º Graus. Não visa que o aluno passe de um discurso para outro. Propõe que o aluno conheça os graus de formalismo da língua, tanto oral quanto escrita e use conforme sua necessidade.

O livro supracitado apresenta a língua e as variações dela enquanto dialeto e registro ou estilo. O ensino da oralidade e escrita com esta possibilidade de ir e vir dentro dos recursos lingüísticos existentes, conforme a necessidade do usuário, no caso, o aluno. Daria a segurança requisitada à ele mudar de discurso.

Ainda favoreceria o processo histórico-social do aluno, deixando-o mais solto, a vontade, no uso da língua e assim seria mais fácil assumir o discurso da escrita proposto por Gallo ou o da oralidade, conforme a necessidade. O aluno/usuário sentiria seguro no uso de sua língua e teria espaço a competência comunicativa que apresenta-se como um passo a favor do processo de construção da função - autor citada em Gallo.

No decorrer da análise houve contradição entre P.C.N. e Gallo, prevista devido aos autores defenderem teorias de correntes diferentes. Por isso não as comparei e sim as contrapus. Defendendo que ambas possuem suas ideologias.

Considero que a ideologia é uma visão de parte mostrada como todo, exatamente

como pude observar no P.C.N. Isto eu vejo como prejudicial aos alunos e professores. Os conteúdos em si não considero perigosos ou desfavoráveis ao ensino/aprendizagem do aluno. Creio que o que maior peso depreciativo é do sentido priorizado no P.C.N., na sua posição ideológica.

UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT
BIBLIOTECA

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental./ Brasília - MEC/SEF. 1998.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Subsídios da Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o ensino de 1º e 2º Graus do ensino de São Paulo. - Coletânea de Textos.
- GALLO, Solange Leda. Discurso da Escrita e Ensino. 2º edição. Editora da Unicamp., 1995.
- GNERRE, Maurizio. Linguagem, Escrita e Poder. 3ª edição Brasileira, 1991 Editora Martins Fontes.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e Leitura. 4ª edição - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). Interpretação Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PINO, A. O Conceito de Mediação Semiótica em Vigotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. In: Caderno Cedes, 24. P. 32-43, Campinas - SP. Papirus, 1991.
- POSSENTI, Sírio. Porque (Não) Ensinar Gramática na escola. Campinas: ALB/ Mercado das Letras, 1996.
- TRAVÁGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de Gramática no 1º e 2º Graus. 4ª ed. - SP: Cortez, 1998.